



12ª AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

POSIÇÃO DA UGT

Estando a chegar ao fim o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) e, conseqüentemente, as avaliações regulares da Troika seria o momento de a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional efectuarem um balanço da sua intervenção no nosso País.

A 12ª avaliação deveria ser, por conseguinte o momento para a Troika efectuar uma avaliação crítica das medidas por si impostas e do impacto que tiveram no País, mas especialmente na vida dos cidadãos, contribuindo também para a construção de uma visão estratégica que corrija urgentemente as profundas injustiças, que proporcione o desenvolvimento sustentável do País, com equidade e coesão social.

Porém as posições agora conhecidas por parte da Troika continuam a evidenciar uma enorme indiferença à gravidade dos problemas sociais resultantes do programa de ajustamento, continuando a ser marcadas pela intransigência na defesa de políticas que visam apenas reduzir os rendimentos dos portugueses, o “emagrecimento” da Administração Pública a qualquer custo e a limitar o Estado social.

Não aceitamos que o caminho para o futuro continue a ser somar austeridade à austeridade, com impactos desastrosos em termos de coesão social, de aumento das desigualdades e das assimetrias sociais do Estado Social, situação que continua a comprometer a confiança dos agentes económicos e das pessoas, sem a qual os novos investimentos e a criação de empregos e de riqueza estarão certamente condicionados.

Nesse contexto, a UGT não pode deixar de expressar a sua profunda preocupação face a posições avançadas, quer pelo Governo, quer pela própria Comissão Europeia, sobre matérias fundamentais e extremamente sensíveis para os trabalhadores:

Uma primeira questão sobre a exigência da Troika quanto a uma **reforma global do regime de pensões em Portugal**, preconizando medidas que reforcem o vínculo entre direitos de pensão e critérios demográficos e económicos. Uma reforma desta natureza traduzir-se-ia, no futuro, não só na redução do valor das pensões e reformas em geral, como especialmente numa absoluta indefinição e incerteza nos valores a receber por parte dos pensionistas, situação que a UGT rejeita liminarmente.

A UGT deve referir que a sustentabilidade no médio/longo prazo sempre foi uma prioridade e estivemos sempre disponíveis para o diálogo, tendo subscrito vários acordos tripartidos de reforma. Sempre nos batemos pela sustentabilidade financeira futura do Regime previdencial, de modo a garantir pensões dignas, não só aos actuais pensionistas, e o direito à pensão aos futuros pensionistas, nomeadamente os agora entrados no mercado de trabalho, visando assegurar uma solidariedade intra e intergeracional.

A intenção agora anunciada de uma reforma urgente da segurança social, em nome de um pretenso desequilíbrio financeiro do sistema, com soluções previamente estabelecidas, que no entender da UGT são marcadamente ideológicas, vem confirmar o desrespeito da Troika pela lei nacional e pelo papel dos parceiros sociais, ao pretenderem apropriar-se do regime previdencial da Segurança Social, financiado por trabalhadores e empregadores, dispendo livremente sobre cortes e utilizando como bem entenderem os seus fundos e as suas receitas e despesas.

Uma reforma da segurança social concluída à margem de um processo efectivo e estruturado de concertação social será totalmente inaceitável para a UGT, que não pode deixar de questionar, desde já, a verdadeira disponibilidade e abertura do Governo para alcançar efectivamente compromissos com os parceiros sociais.

Não podemos ainda aceitar que se procurem impor, do exterior, soluções que implicam fortes perdas de direitos sociais dos trabalhadores e dos pensionistas, sem que simultaneamente se combatam as causas que estão na base dos seus problemas, tais como o funcionamento do mercado de trabalho (desemprego, precariedade

laboral, política de baixos salários, emigração, políticas activas de emprego) ou ainda a política fiscal.

Uma segunda questão sobre a insistência da Troika na flexibilização da legislação laboral e do mercado de trabalho, com a defesa de soluções tais como:

- **a redução dos salários no sector privado** - querendo ignorar as fortes reduções salariais já operadas nos últimos anos que afectaram a maioria dos trabalhadores -,
- **a redução das indemnizações por despedimento ilícito**
- ou retirar ainda mais a autonomia e as competências dos parceiros sociais na negociação colectiva.

A UGT demarca-se assim de todas as medidas que visem reduzir, uma vez mais, os salários no sector público ou privado, reiterando que a nossa capacidade exportadora e a nossa competitividade não será conseguida nem sustentada num modelo de baixos salários ou de desregulação do mercado de trabalho, como parece ser o modelo defendido pela Troika.

A competitividade passa antes por serviços públicos eficazes e eficientes- deve ser este o princípio orientador da Reforma do Estado -, por um estado social que garanta efectivamente a igualdade de oportunidades e a coesão social, pela qualificação das Pessoas.

Por fim, **rejeitamos totalmente que se pretendam agora transformar em definitivos e permanentes os cortes de salários e pensões anteriormente anunciados como excepcionais e transitórios**, continuando assim a prejudicar sempre os mesmos, mantendo situações de injustiça que, no entender da UGT, devem ser corrigidos.

Recusamos uma vez mais que a Troika continue a insistir na receita de mais e mais austeridade, continuando a querer ignorar os impactos negativos que tal receita tem tido no bem-estar das pessoas e no desempenho económico do País.

As medidas impostas nos últimos anos exigiram sacrifícios muito intensos à generalidade dos portugueses e, em particular, aos trabalhadores da Administração

Pública e do Setor Empresarial do Estado, e aos reformados e pensionistas, impondo mesmo sacrifícios extremos a muitos portugueses que hoje se confrontam com situações inadmissíveis de pobreza e de exclusão social.

Há muito que a UGT vem exigindo políticas diferentes que, sem comprometerem a consolidação e o rigor orçamentais necessários, promovam em simultâneo um maior crescimento económico, a criação de mais e melhor emprego e uma maior justiça e equidade sociais. Lembra-se aqui que a disciplina orçamental não é, em si, um objectivo de política, mas antes um instrumento que deve garantir as condições para o desenvolvimento económico e social sustentável do País.

Acresce a que num momento em que surgem sinais económicos positivos, ainda que ténues e incertos, e em que é reconhecido existir alguma folga orçamental que resultou sobretudo numa cobrança de impostos superior à esperada, seria inaceitável que a Troika e o Governo pretendessem manter ou mesmo agravar os sacrifícios e as medidas de austeridade, continuando a ignorar as situações sociais mais graves.

Os dados mais recentes apontam para um agravamento importante da pobreza em Portugal, nomeadamente junto dos trabalhadores, das crianças e das famílias monoparentais, resultante dos cortes operados nos valores de muitas prestações sociais e numa maior restrição no acesso às mesmas ou pela não actualização do salário mínimo.

As intoleráveis situações de pobreza e de exclusão social que atingem muitos portugueses são inaceitáveis numa sociedade moderna, coesa e desenvolvida e, a não serem corrigidas com urgência, comprometem o desenvolvimento futuro do País

Nesse contexto, importa lembrar as recentes palavras do Presidente da República *“Responder às situações de emergência social e apoiar os mais carenciados, (...), é uma prioridade que não pode ser posta em causa por metas de natureza orçamental”*, defendendo por conseguinte que devem ser prosseguidas políticas que conciliem disciplina orçamental com a correcção das injustiças sociais e da pobreza.

Esta é uma mensagem à qual nem a Troika nem o Governo português podem ficar indiferentes e que deve concretizar-se na reorientação das políticas económicas e sociais.

Por fim, a UGT deve insistir que seria importante que a Troika reconhecesse e respeitasse o papel fundamental dos parceiros sociais nos sistemas democráticos e na construção de soluções e de políticas para o futuro do País, evitando novos ataques à autonomia dos parceiros sociais e respeitando compromissos e consensos por estes alcançados. Neste sentido, será importante referir especialmente o aumento do salário mínimo e a dinamização da negociação colectiva, mas também a criação de condições que garantam o efectivo envolvimento dos parceiros na discussão de matérias como a reforma da segurança social e da Reforma do Estado, o que não é compaginável com a urgência e as condições estabelecidas.

A UGT deu provas, que a troika bem conhece, de responsabilidade política e social, a bem do país e dos portugueses, quando em 2012 firmou um acordo de concertação social para a Competitividade, o Crescimento e o Emprego, cuja celebração permitiu o desbloqueamento do empréstimos concedido a Portugal.

Hoje, dois anos volvidos, a nossa disponibilidade para Acordos de Concertação Social reduziu-se perante os violentos ataques produzidos contra os direitos dos trabalhadores e dos pensionistas, em suma, contra os rendimentos do trabalho.

Não pactuaremos com mais medidas que promovam o empobrecimento dos portugueses. Se quiserem mais sacrifícios, assumam os riscos sociais, mas não contarão com a nossa benevolência.

O SECRETARIADO EXECUTIVO DA UGT

Lisboa, 23/04/2014